

*Patrimônio cultural e turismo: forma de apresentação, forma de preservação*

**Almir Félix Batista de Oliveira**

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Bolsista do PNPd/CAPES – PPGTUR/UFRN. Desenvolve estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo discutir as relações existentes entre o turismo, especificamente o turismo cultural, e a preservação do patrimônio cultural material e imaterial. Discute alguns desses conceitos e, para que essa preservação se concretize, leva em consideração as medidas relacionadas à necessária utilização do planejamento estratégico e a possibilidade de se ouvir a comunidade local na utilização desse mesmo patrimônio com vistas ao desenvolvimento local. Apresenta um histórico dessa relação no Brasil e discute o exemplo do Pelourinho, em Salvador, como forma dessa preservação.

**Palavras-chave:** Turismo cultural; patrimônio cultural; desenvolvimento local.

**Cultural heritage and tourism: form of presentation, way of preservation**

**Abstract:** The purpose of this article is to discuss the relationship between tourism and specifically cultural tourism and the preservation of the material and intangible cultural heritage. I discussed some of these concepts and for this preservation to take concrete into account the measures related to the necessary use of strategic planning and the possibility of listening to the local community in the use of this same asset for local development. It presents a history of this relationship in Brazil and I discussed the example of Pelourinho in Salvador as a form of this preservation.

**Keywords:** Cultural tourism; cultural heritage; local development.

Já se transformou em lugar-comum afirmar que o turismo é um dos setores que apresentam maior índice de crescimento entre as variadas atividades econômicas desenvolvidas no mundo, bem como aqui no Brasil. Diversos trabalhos acadêmicos e técnicos têm demonstrado o quanto o setor cresceu nas últimas décadas, inclusive sendo reconhecido, se não na condição de salvador das mais diversas localidades e regiões, em se tratando da possibilidade de desenvolvimento econômico, passou ao menos à condição de figurar entre as mais importantes formas de promover o crescimento e, por conseguinte, o desenvolvimento de um lugar.

O turismo é uma prática que passou a figurar nos discursos governamentais já há algumas décadas, inclusive se pautando como política pública, seja em âmbito federal, estadual ou municipal, e como ação a ser desenvolvida para se tentar promover, a partir dos ganhos auferidos financeiramente, o bem-estar das populações envolvidas. Um exemplo e uma prova desse papel desempenhado por esse setor em relação à nossa economia foi a criação em 1º de janeiro de 2003, por meio da medida provisória nº 103 (depois transformada na lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003), do Ministério do Turismo (MTur), cujo objetivo, como consta em sua página oficial na internet, é o de “desenvolver o turismo como atividade econômica autossustentável em geração de empregos e divisas, proporcionando inclusão social”.<sup>1</sup> Após muito tempo, se tivermos como um dos marcos fundantes da preocupação com a atividade a criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), atualmente Instituto Brasileiro do Turismo, por meio do decreto-lei nº 55, no ano de 1966, constituiu-se uma pasta ministerial exclusivamente para propor e viabilizar possíveis soluções na busca pela resolução dos problemas na área.

Em se tratando de órgãos com a finalidade de organizar, administrar e promover a prática do turismo como forma de desenvolvimento nas unidades componentes da Federação, somente os estados do Acre (Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer – Setul), do Mato Grosso do Sul (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção e do Turismo – Seprotur), da Paraíba (Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico do Estado da Paraíba – Seted), do Rio Grande do Sul (Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer) e o de Santa Catarina (Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte) ainda não contam, a exemplo do governo federal, com pastas específicas para tal atividade, configurando-se nos 22 estados restantes

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/institucional.html>> Acesso em: 17 out. 2016.

secretarias com essa função exclusiva ou outros órgãos (que assumiram esse papel), como é o caso dos estados relacionados a seguir: a) Amazonas (Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – Amazonatur); b) Goiás (Agência Goiânia de Turismo – Goiás Turismo); c) Roraima (Departamento Estadual de Turismo – Detur – RR); d) Sergipe (Empresa Sergipana de Turismo/AS – Emsetur); e) Tocantins (Agência de Desenvolvimento Turístico – Aatur).

Em termos de efetivação da política pública voltada para o turismo como alavancador do desenvolvimento econômico e social em nosso país, foi proposto, debatido e constituído o Plano Nacional de Turismo – PNT 2013-2016, que visava à melhoria da qualidade de diversos setores componentes da atividade turística, tendo em vista a realização da Copa do Mundo Fifa 2014 e as Olimpíadas Rio 2016, e tinha como um dos principais objetivos a ampliação da participação de estados e municípios na formulação de políticas de turismo por meio do Programa de Regionalização do Turismo. Configurava-se assim a tentativa de implementação de políticas públicas que almejavam garantir o bom desenvolvimento não somente dos megaeventos anteriormente citados, mas também o desenvolvimento local, tanto em termos econômicos como em termos sociais, garantindo a inclusão e participação através não somente da consulta formal das comunidades locais nas diversas fases que compõem a atividade turística.

É inclusive para corroborar essa afirmação que gostaríamos de lembrar o próprio subtítulo do Plano, que se compunha na seguinte afirmação: O turismo fazendo mais pelo Brasil e nesse sentido a prática turística sendo colocada como capaz de contribuir para *o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza*, garantido isso a partir das

(...) diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, que são: a participação e o diálogo com a sociedade; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; o incentivo à inovação e ao conhecimento, e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento (BRASIL, 2012, p. 8).

Estabelece-se assim a prática turística como uma maneira eficaz de se possibilitar o desenvolvimento local, que, segundo Souza (1997, p. 18), designaria “um

processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima”, garantindo-se reais formas de promover crescimento econômico aliado à inclusão social, principalmente quando se leva em consideração as contribuições que as diversas comunidades podem elencar e sugerir. Essas contribuições, além de serem levadas em consideração, precisam estar articuladas dentro do planejamento estratégico pensado para tal atividade. Não somente um planejamento a curto e médio prazo, mas um planejamento que pense a longo prazo e que venha de fato proporcionar o crescimento de todos os envolvidos, afinal, como podemos observar nas palavras a seguir:

Queremos um desenvolvimento local com inclusão social, em que haja cooperação, criação e alargamento de esferas públicas, em que diferentes atores políticos, econômicos, sociais dialoguem de maneira transparente a partir de seus próprios interesses em conflito, buscando construir um novo desenvolvimento local em conjunto (DANIEL, 2002 *apud* SOMEKH, 2010, p. 18).

Dentre as diversas formas de atividades turísticas desenvolvidas tanto internacionalmente quanto nacionalmente, o turismo cultural tem para nós um significado particular e extremamente importante. Seu conceito, segundo documentação oficial do Ministério do Turismo,

Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2010, p. 15).

Esse conceito nos leva à necessidade de pensarmos o próprio conceito de patrimônio cultural que consiste em

Um bem ou conjunto de bens de caráter material ou imaterial (um objeto, um monumento edificado, uma festa, uma dança, uma tradição, uma comida etc.) protegido oficialmente por algum órgão governamental ou não, que proporcione a identificação de um indivíduo ou grupos de indivíduos, gerando um sentimento de

pertencimento destes a uma determinada coletividade (OLIVEIRA, 2016, p. 45).

O patrimônio cultural pode ser pensado como um importante diferencial entre as diversas comunidades, principalmente no tocante à inter-relação que pode ser estabelecida entre o patrimônio material e o patrimônio imaterial e, conseqüentemente, esses podem vir a garantir bases para um desenvolvimento local via mercado turístico, afinal:

Os elementos do patrimônio cultural de um lugar se constituem em aspectos diferenciais para o desenvolvimento de produtos e para a promoção dos empreendimentos, isso pode ser feito através de restaurantes dedicados à gastronomia tradicional, artesanato local na decoração e ambientação dos equipamentos, nas programações de entretenimento com manifestações culturais autênticas (BRASIL, 2010, p. 16).

Ou ainda:

A criação de produtos tematizados, utilizando técnicas de interpretação e de interação, que ressaltem a história do lugar e de seus personagens, para apresentar o patrimônio tangível e intangível do ambiente visitado, é uma forma de ampliar o conhecimento, possibilitar a fruição e emocionar o visitante (BRASIL, 2010, p. 16).

Nessa perspectiva ganha muita importância o sentido de preservação/conservação do patrimônio, bem como a busca pela incorporação de diversos tipos desse mesmo patrimônio, ampliando a lista do que, tanto em relevância material quanto imaterial, possa vir a ser referência de identidade de uma determinada comunidade, mas também possa se constituir formas de apresentação e interpretação de um determinado lugar e fonte de conhecimento para aqueles que se propõem em suas viagens e visitas incorporarem as suas próprias experiências, as experiências relacionadas a outros.

Isso significa a real valorização do patrimônio cultural pelo turista, não somente como forma de singularidade ou simplesmente como forma de diferenciação entre os

diversos lugares visitados e explorados, na busca por conhecimento ou por novas realidades diferentes da sua vida cotidiana, mas também significa o reconhecimento pelo turista da identidade ou das identidades constituintes das diversas comunidades pertencentes a uma determinada sociedade ou das sociedades de uma forma geral e ampliada.

Por outro lado, para as ditas comunidades locais, a preservação/conservação desse patrimônio pode representar não somente a preservação de uma ou de várias identidades e memórias, como pode tornar-se uma forma de desenvolvimento sustentável e de garantia de futuro, desde que atento para as questões relacionadas ao planejamento e isso possa significar um efetivo direito à cidade, reconhecido pela afirmação do direito de reconhecimento dos diversos patrimônios.

Pois bem, levando-se em conta o papel do planejamento e da possibilidade de busca por um desenvolvimento sustentável, podemos afirmar a relevância que a prática turística pode vir a ter na perspectiva de preservação do patrimônio cultural (material e imaterial). Essa relação – turismo e preservação do patrimônio cultural – não é algo novo no cenário político brasileiro, não se caracteriza como uma novidade ou como algo que ainda poderá ser explorado, pelo contrário, apesar de necessárias atualizações, é uma prática que já vem sendo realizada há algum tempo.

Tal proposta como política pública tem sua origem na recente história do país, principalmente pelo fato de o turismo ser considerado uma nova forma de geração de renda e de empregos, portanto, produtor de desenvolvimento – como se pode observar desde a época de criação da Embratur.

A exploração sistemática das atividades turísticas estava entre as intenções do governo Castelo Branco. Ele instituiu o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), ambos voltados a coordenar as atividades do turismo às necessidades do desenvolvimento econômico e cultural, e o Sistema Nacional de Turismo, este em 1967, ano em que também se realizou o I Encontro Oficial de Turismo Nacional (RODRIGUES, 2000, p. 45).

A exploração turística do patrimônio já era bastante efetiva em outros países e, acima de tudo, era uma forma privilegiada de geração de recursos para a

preservação/conservação dos equipamentos históricos.<sup>2</sup> Juntava-se a propaganda dos “monumentos históricos” às das “festas típicas” e das “belezas naturais” para apresentar ao mundo um Brasil belo, com tradições variadas e potencialidades turísticas a serem exploradas.

A possibilidade de criação desse mercado foi ainda mais afirmada com o Encontro de Técnicos Latino-Americanos que trabalhavam na área de preservação, em Quito, no ano de 1967, promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que trouxe a possibilidade concreta de incremento do turismo nas áreas preservadas. Partindo-se de uma equação com a seguinte formulação: PATRIMÔNIO HISTÓRICO + POLÍTICAS DE TURISMO = DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA ÁREA PRESERVADA, ter-se-ia em vista a possibilidade de, ao se pôr em prática essas políticas, ocorrer uma ação reflexa na área de entorno, gerando a constituição de um mercado consumidor, baseado no poder de compra dos turistas, e a possibilidade de geração de recursos que poderiam/deveriam retornar como forma de investimentos na manutenção dos próprios monumentos.

Nessa perspectiva, foi posto em funcionamento o PCH – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, do Nordeste, em 1973, com um montante de recursos bastante elevado em se tratando da preservação/conservação de patrimônio histórico. Em 1975, surgiu a proposta de expansão do projeto para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Um detalhe importante da implantação do programa e de controle, por parte do Governo Federal, foi a solicitação feita aos estados através do Programa de Restauração e Preservação para o período 1976/1979. Os estados deveriam indicar, entre outras coisas: os monumentos a serem restaurados; o cronograma de execução; os roteiros turísticos; as fontes de onde seriam retiradas as contrapartidas exigidas, além da programação de cursos para a formação de recursos humanos e a geração de empregos nas áreas atingidas, bem como o apoio às atividades culturais para a valorização dos monumentos históricos.

Data desse período, podendo-se até retornar alguns anos no tempo, a preocupação com a questão das preservações dos centros históricos de cidades como Salvador, Olinda, Recife, São Luiz, entre outras. Não só em relação à delimitação dos espaços que seriam considerados, no momento da demarcação, como partes integrantes

---

<sup>2</sup> Equipamentos históricos são os monumentos, ou conjunto de monumentos tombados que tenham processo de restauração/preservação/conservação e que possam ser utilizados com finalidades turísticas.

do chamado sítio histórico inicial, mas também com ações de recuperação e restauração, principalmente do casario, das igrejas e dos palácios que compunham esses locais. Isso por sua vez também significou desapropriações e atos de resistência pelos moradores (em sua grande maioria pessoal de baixa renda e pouco poder aquisitivo), que, em decorrência de processos de gentrificação,<sup>3</sup> foram expulsos e perderam seus antigos locais de moradia ou de trabalho.

Portanto, na esteira dessas delimitações, restaurações e preservações de centros históricos, passou a funcionar um mercado turístico composto ou sustentado pela interação entre o patrimônio material (representado pelos imóveis a serem usados, como museus, centros culturais, restaurantes, hospedagens ou estabelecimentos comerciais) e o patrimônio imaterial (representado pelo artesanato fabricado e vendido como lembranças aos turistas, os diferentes e por vezes exóticos tipos de comidas vendidas que marcam paladares e diferenciam lugares, as práticas religiosas que encantam e peculiarizam vivências, a musicalidade, entre tantas outras coisas), apresentados de diversas formas e maneiras aos turistas que visitam esses lugares.

Tomemos como exemplo o centro histórico da cidade de São Salvador. Capital baiana, fundada em 1549, foi a primeira capital do Brasil, por 214 anos, até o ano de 1763, e em decorrência disso comporta hoje um dos mais importantes sítios históricos delimitados e preservados do país. O centro histórico foi delimitado no que era conhecido como o centro antigo da cidade, composto pelo próprio centro e diversos outros bairros, como por exemplo, Barris, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho e Carmo. Para muitos, principalmente turistas, possui a denominação genérica de Pelourinho,<sup>4</sup> por conta da expressividade que o local ganhou na mídia (perpassadas por acontecimentos como os ensaios e apresentações do Olodum, ou gravações de clips musicais feitos por Michael Jackson e Paul Simon) e nas propagandas feitas pelas agências de viagens e órgãos governamentais.

O bairro, localizado entre as ruas que vão do Terreiro de Jesus até o Largo do Pelourinho, é conhecido popularmente como Pelô, possuindo um conjunto arquitetônico colonial barroco português, representado por casas, palácios, igrejas centenárias, que

---

<sup>3</sup> A palavra **gentrificação** (do inglês *gentrification*) pode ser entendida como o processo de mudança imobiliária, nos perfis residenciais e padrões culturais, seja de um bairro, região ou cidade.

<sup>4</sup> O próprio Pelourinho é um dos bairros componentes do Centro Histórico. A palavra “pelourinho” se refere a uma coluna de pedra, localizada normalmente ao centro de uma praça, demarcando a qualidade de cidade (local que contava com uma câmara municipal). Por conta dessa localização, também era o lugar em que criminosos eram expostos e castigados ou para castigar escravos que fugiam (exemplo do Brasil colonial).

além de serem tombados pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac-BA) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), também são parte integrante do Patrimônio Histórico da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

**Figura 1** – Fotografia do Largo do Pelourinho



**Figura 2** – Largo do Pelourinho retratado no filme “Você já foi à Bahia?” (Walt Disney)



**Fonte:** <http://www.bahia-turismo.com/salvador/centro-historico/pelourinho.htm>  
Acesso em: 25 out. 2016.

É sempre bom lembrar que, para além desses exemplares arquitetônicos, no Pelourinho também se concentra uma grande quantidade de restaurantes responsáveis por apresentar aos turistas o que há de melhor na gastronomia baiana. No Pelô também podem ser vistos as peças de artesanato produzidos por antigos e novos artesãos, o sincretismo religioso dos baianos residentes na capital soteropolitana, os diversos centros culturais e unidades museológicas, além de uma musicalidade rica e original, a exemplo não somente do legítimo batuque do Olodum, como da existência dos blocos afros Muzenza e Bankoma e do conhecidíssimo bloco Filhos de Gandhy, com os seus já 67 anos de existência.

O Pelourinho, enquanto área a ser ocupada, seguiu a regra clara de fundação das cidades coloniais portuguesas na esteira dos descobrimentos, pois, se revelando como parte alta da cidade, em contraponto à parte baixa e onde se localiza o porto (eis a regra), constituía-se em lugar estratégico e que facilitava a defesa da recém-fundada cidade. Nessa perspectiva, se o porto significava o escoar do que era produzido na colônia, o Pelourinho era o local administrativo (caracterizado pelos prédios governamentais), religioso (principalmente pelas igrejas barrocas para o culto dos

brancos colonizadores) e residencial onde se concentraram por muito tempo as melhores moradias da cidade de São Salvador.

Em decorrência do processo de modernização, da transferência de partes significativas do comércio para outros espaços da capital, da busca por investimentos e ações do mercado imobiliário e do próprio crescimento da cidade, a partir da década de 1950, o Pelourinho passou a sofrer com o processo de degradação, comum às cidades históricas brasileiras. Isso possibilitou a ocupação do centro histórico por pessoas de baixa renda, tornando-se moradia popular, porém constituindo-se em um palco para a cultura negra em grande efervescência na cidade.

Em 1968, com a regulamentação da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (de 1967), atualmente Ipac-BA, iniciou-se as primeiras tentativas de recuperação do bairro com a implantação do Projeto de Revitalização do Pelourinho em Salvador, que visava à utilização turística do local e, através desta, a possibilidade de desenvolvimento econômico. Iniciaram-se também os conflitos, pois o Instituto começou a comprar os imóveis degradados que serviam de residência para as pessoas de baixa renda que desempenhavam suas atividades laboristas próximas aos seus lugares de moradia. Por meio da solicitação da reintegração de posse a população do local foi expulsa.

Na década de 1980, a partir do reconhecimento dos seus exemplares arquitetônicos como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, intensificou-se o processo de restauração do bairro, porém intensificou-se também a luta, e grupos como o Olodum passaram a desempenhar um papel relevante que já vinham realizando há algum tempo. Essa ação, entre outras, possibilitou que o espaço não fosse somente ocupado por empresas com grifes reconhecidas internacional ou nacionalmente, mas também passasse a atrair artistas de todos os gêneros, do cinema, música e pintura, transformando-se num dos mais importantes centros produtores de cultura de Salvador.

Esse processo de restauração continuou pela década de 1990 com a recuperação de fachadas e de prédios importantes, com a continuidade das desapropriações do casario e expulsão dos moradores para a posterior ocupação dos lugares com a instalação de bares, restaurantes, boutiques, museus, teatros, entre outros, com o objetivo de melhor servir aos turistas que visitam o centro histórico. Com o advento da década seguinte e o papel desempenhado pelos blocos afros, a exemplo de Olodum e Filhos de Ghandhy, bem como uma reorientação nas próprias políticas de recuperação/restauração/revitalização do patrimônio cultural pertencente ao Pelourinho,

foi possível passar a ouvir a comunidade e se acrescentar novos elementos à lista dos bens materiais e imateriais patrimonializados.

**Figura 3** – Pintura – Baiana de Acarajé – Juca Quadro



**Fonte:**  
<https://br.pinterest.com/pin/374572893982308063/>. Acesso em: 25 out. 2016.

**Figura 4** – Fotografia do Acarajé sendo frito em óleo de Dendê



**Fonte:**  
<https://br.pinterest.com/pin/374572893982308063/>. Acesso em: 25 out. 2016.

Na lista de novos bens patrimonializados encontramos um que se configura como a cara da Bahia e conseqüentemente faz parte do cotidiano da sua capital e dos lugares que a compõe. Afinal, quem não foi a Salvador e não comeu um acarajé no centro da cidade ou no seu centro histórico? Quem nunca tirou uma fotografia com as baianas que produzem e vendem o produto, tendo o casario colonial como pano de fundo? Patrimonializado pelo Iphan, foi considerado como Patrimônio Imaterial Nacional em 1º de dezembro de 2004, data em que se registrou o “Ofício da baiana do acarajé”, sendo reconhecida a importância cultural dos saberes e fazeres tradicionais aplicados na produção e comercialização das chamadas “comidas de baiana”, feitas com dendê, com destaque para o acarajé. Além disso, também ficou estabelecido que o dia 25 de novembro é o Dia da Baiana. Em comemoração à data, ocorre uma reunião de baianas, no Pelourinho, com o intuito de preparar e comercializar os seus diversos quitutes com turistas e moradores.

### **Considerações finais**

Retomando reflexões feitas neste texto, podemos chegar a algumas considerações. A primeira delas consiste na prática turística comprovadamente capaz de ser um alavancador do desenvolvimento local, além de constituir-se como uma forma de resolução para a problemática da inclusão social. Note-se essa importância pela criação de uma pasta ministerial para solucionar problemas na referida área.

A segunda consideração é que para conseguir isso, desenvolvimento econômico com inclusão social, algumas medidas devem ser observadas, sendo as principais: a) a necessidade de planejamento, não somente a curto e médio, mas principalmente em longo prazo, onde sejam definidas estratégias claras e realizáveis para que, inclusive, não se esgote o potencial turístico do lugar – isso implica tanto seu patrimônio natural quanto o cultural; b) que a comunidade local, responsável também pela preservação desse patrimônio e que convive cotidianamente com ele, possa participar desse planejamento, sendo ouvida e participando da sua implantação e colhendo os frutos do seu sucesso.

Uma terceira consideração é que, em se levando as medidas observadas anteriormente, a prática turística configura-se sim como uma prática de preservação do patrimônio cultural, inclusive gerando renda não só para o sustento de quem trabalha com suas diversas formas (afinal gastronomia também é patrimônio, assim como o artesanato, a musicalidade, entre outras), mas também como forma de gerar uma cadeia produtiva com a possibilidade de aplicação dos impostos daí retirados na preservação/conservação desse mesmo patrimônio cultural. Isso tem sido o exemplo de Salvador, mas podemos ampliar esses exemplos se olharmos para outras localidades como Ouro Preto, Parati, São Luiz, Olinda, entre várias outras cidades históricas brasileiras preservadas.

### **Referências bibliográficas**

ABREU, Regina; CHAGAS, Regina (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ABREU, Regina; DODEBEI, Vera (orgs.). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Contracapa, PPMS/Unirio, 2008.

BARRETTO, Margarita. *Turismo e legado cultural*. Campinas: Papirus, 2000. (Col. Turismo).

BANDUCCI JR., Álvaro; BARRETTO, Margarita (orgs.). *Turismo e identidade local*. Campinas: Papirus, 2001. (Col. Turismo).

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo cultural: orientações básicas*. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed. Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia (org.). *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. MINC/Iphan/Deprom. Rio de Janeiro: Iphan, 1995.

\_\_\_\_\_. *Os arquitetos da memória*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2012.

DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio (orgs.). *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC/Iphan, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001. (Col. Turismo Contexto).

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *Memória, história e patrimônio histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico*. Aracaju: Ed. UFS, 2012.

\_\_\_\_\_. *O patrimônio cultural e os livros didáticos de História ou de como se constrói o sentimento de pertencimento* (Brasil – 2000-2015). Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

PELEGRINI FILHO, Américo. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papyrus, 1993. (Col. Turismo).

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. *O que é Patrimônio Cultural Imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Col. Primeiros Passos).

PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente: séculos XVIII-XXI*. São Paulo: Estação Liberdade: 2009.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997. (Col. Geografia: teoria e realidade, vol. 40).

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). *Turismo, modernidade, globalização*. São Paulo: Hucitec, 1997. (Col. Geografia: teoria e realidade, vol. 42).

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987)*. São Paulo: Ed. Unesp; Imprensa Oficial do Estado; Condephaat; Fapesp, 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.

SERRANO, Célia M. Toledo; BRUHNS, Heloísa T. (orgs.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997. (Col. Turismo).

SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000. (Col. Turismo).

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOMEKH, Nadia. A construção social da cidade: desenvolvimento local e projetos urbanos. In: DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio (orgs.). *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2010. p. 18.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997. (Col. Geografia: teoria e realidade, vol. 40).

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Turismo e civilização*. São Paulo: Contexto, 2001. (Col. Turismo Contexto).

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandrini; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. (Col. Geografia: teoria e realidade, vol. 30).

YÁZIGI, Eduardo (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. (Col. Turismo Contexto).

<http://www.bahia-turismo.com/salvador/centro-historico/pelourinho.htm>.

---

**Recebido em: 20/10/2016**  
**Aprovado em: 28/10/2016**